

## Economia

# Decisões da Constituinte preocupam investidores

As restrições ao capital estrangeiro no Brasil e a perspectiva de fechamento do acordo com os credores externos polarizaram as atenções na posse da nova diretoria da Câmara Americana de Comércio em São Paulo — associação fundada há quase 70 anos e que hoje reúne pelo menos 700 empresas, responsáveis por praticamente um terço do investimento estrangeiro no País. Christopher Lund, reeleito para a presidência da Câmara no período 1988-89, temperou suas declarações com “esperança pelo fortalecimento das instituições democráticas no País” e “preocupação com o tratamento dado pela Constituinte ao capital estrangeiro”.

Toshiro Kobayashi, diretor-presidente do Banco de Tokyo no Brasil, um dos pesos da área externa presentes ao encontro, revelou a posição dos credores em relação às bases do novo acordo do Brasil com os bancos privados.

A esperança de Lund está fincada em motivos de ordem essencialmente política, entre os quais a definição do mandato do presidente José Sarney. Já as preocupações, que só foram insinuadas no discurso oficial, referem-se a algumas decisões da Constituinte na área econômica — em resumo, à definição de empresa nacional, à reserva de mercado nas áreas de mineração e petróleo, ao tabelamento de juros em 12% ao ano. “O Brasil está considerando a participação do capital estrangeiro como um mal necessário e não como parte integrante do desenvolvimento do País”, criticou Lund. E isso iria na contra-mão dos interesses do País, que precisa de muito dinheiro de fora para atingir as metas de crescimento de 7% ao ano. Na



Eptacio Pessoa

## Lund: o Brasil trata capital estrangeiro como um mal necessário

época de ouro da economia brasileira, as empresas estrangeiras investiam o correspondente a 4% do PIB, enquanto o setor público aplicava 5% e a área privada nacional 16%. Voltar a essa participação de 4% significaria hoje um investimento estrangeiro de US\$ 12 bilhões ao ano, inimagináveis quando se lembra que em 1986 houve saída de dinheiro externo e em 1987 o saldo foi zero.

### BARREIRAS

Se as novas barreiras ao capital estrangeiro preocupam, o acordo com os credores externos é um ponto a favor do País. A previsão de Kobayashi é que dentro de uma semana tudo esteja resolvido e que em setembro desembarque no País a primeira parcela de dinheiro novo (US\$ 4 bilhões de um total de US\$ 5,2 bilhões). Segundo ele, no momento o que estaria emperrando a adesão dos japoneses é a perspectiva de que parte desse dinheiro será convertido em investimentos, via leilões. Os bancos japoneses não

concordariam com o deságio, porque a legislação local impede sua contabilização como prejuízo.

Outros pontos da negociação são considerados menos controversos. É o caso da cláusula de arresto de bens e da vinculação ao acordo com o FMI da liberação de apenas 10% do dinheiro novo. Mesmo a decisão de manter a participação dos bancos nos níveis de empréstimos vigentes em março de 1987 — os japoneses queriam retroagir aos 13% de 1982, contra os 17% a 18% do ano passado — não suscita muita apreensão. Kobayashi adiantou ainda duas conseqüências favoráveis do novo acordo. Em primeiro lugar, o Brasil se credencia para receber os recursos do governo japonês referentes ao Projeto Nakasone (US\$ 30 bilhões para os países do Terceiro Mundo). Em segundo, o próprio governo brasileiro manifesta disposição de liberar para reempréstimo o dinheiro que está depositado no Banco Central, via mecanismo de **relending**.